

DOSSIÊ RELAÇÕES RACIAIS: OS CAMINHOS DO ANTI-RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Valter Roberto Silvério¹

A conferência de Durban² realizada entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001 tem sido evocada, no caso brasileiro, como um marco. Para aqueles que têm, de alguma forma, acompanhado o debate sobre a situação da população negra no Brasil fica a nítida impressão de que algo novo está em curso no país. A novidade é que de uma vez por todas, passamos a admitir a existência da discriminação racial e do racismo, em todas as dimensões da vida social, e que ambos necessitam ser desvendados e enfrentados de modo a neutralizá-los em sua eficácia a partir de uma perspectiva anti-racista. Dentre as diferentes percepções, abordagens e orientações teóricas, não há concordância quanto ao estatuto de categorias como raça, classe, identidade e cultura e nem quanto a melhor forma de anti-racismo que deve nos orientar neste momento da história do país.

Assim, nada mais apropriado do que se reunir em um dossiê um conjunto de cientistas sociais que se dedicam ao tema e que são representativos de algumas divergências no campo de estudos sobre as relações raciais.

Os trabalhos, como o leitor poderá acompanhar, são diversificados refletindo tanto a amplitude quanto a variedade de problemas presentes no campo temático passados mais de um século de sua vigência no país.

O que articula uma tal variedade de estudos no campo temático, isto é, a questão propriamente sociológica, como nos lembra Costa, é a *“investigação acerca da maneira como algumas características físicas e mais*

marcadamente a cor da pele, formato dos lábios e do nariz e o tipo de cabelo, reunidas em classificações mais ou menos duradouras, permanecem como fator determinante dos juízos e escolhas pessoais bem como das hierarquias no Brasil”.

Em seu artigo, “A modernidade negra”, que abre nosso dossiê, Guimarães traça brevemente o significado do termo modernidade para mostrar que ela é uma “*quebra com a linha de desenvolvimento clássico, porque introduz na civilização ocidental o gosto pela emoção, pelo movimento pela revolução*”. Ele argumenta que a modernidade significa ao mesmo tempo “*expansão da noção de civilização para além do ocidente*” e, também, “*fruto da obsolescência da idéia de civilização e tradição européias, trazidas pelos horrores das guerras, principalmente das que, em 1914 e 1919, ganharam caráter global*” (Guimarães, 2004).

Como parte desse processo o autor localiza a presença negra gerando um tipo específico de modernidade. Não se trata de desconsiderar os contatos entre europeus e africanos anteriores à implantação do sistema escravista das Américas. Guimarães quer destacar os momentos nos quais trocas e conflitos foram intensos entre africanos e europeus. Neste sentido, ele identifica quatro grandes épocas: a escravidão e o conseqüente tráfico de africanos para as Américas; o processo de integração dos negros às novas nacionalidades americanas no pós-abolição; a colonização da África pelos europeus que resulta na formação de uma elite africana tanto nas colônias quanto nas metrópoles; as lutas de libertação da África e a construção de novas nacionalidades africanas.

Para o autor, modernidade negra nada mais é do que o processo de inclusão cultural e simbólica dos negros à sociedade ocidental. O grande problema, para Guimarães, é que a palavra *negra* (ênfase do autor) esconde *personas* muito diversas, dentre elas vale destacar: “*o escravo e o liberto das plantações; o africano, o crioulo, o mestiço e o mulato das sociedades coloniais americanas; o norte-americano, o latino-americano, o africano e o europeu do mundo ocidental pós-guerra*” (Guimarães, 2004).

Após observar que a inclusão só tem sentido se pensada como processo que se desenrola no tempo, o autor se pergunta: “*Quando tem início a modernidade negra? De que inclusão se fala? Da política, ou seja, da igualdade de tratamento e de oportunidades? Da cultura, isto é, das formas autônomas de representação de si, no plano das artes e da mídia? Da ideológica, isto é, de discursos teóricos que organizam a experiência da vida social?*” (Guimarães, 2004).

Guimarães situa a modernidade negra a partir da abolição da escravatura nos meados do século XIX. Tal modernidade exigiu tanto que os europeus desenvolvessem uma representação de si sob uma matriz mais inclusiva quanto o domínio das línguas européias pelos africanos e seus descendentes. No primeiro caso, o marco é o romantismo. No segundo caso, o marco é a abolição da escravatura que em termos formais significou o gozo de estatutos individuais e formais de liberdade e igualdade.

Vista deste ângulo é a incorporação dos negros ao Ocidente, enquanto ocidentais civilizados, que demarca as distintas temporalidades do e no processo de inclusão. Esse processo pode ser pensado a partir de dois tempos não coincidentes necessariamente: *“um primeiro, que muda a representação dos negros pelos ocidentais, principalmente através da arte, fruto intelectual do mal-estar provocado pelas guerras e pelas lutas de classe na Europa; o segundo se inicia com a representação positiva de si, feita por negros para si e para os ocidentais”*(Guimarães, 2004). Os limites desta apresentação só nos permitem adiantar que, para o autor, no plano simbólico *“a intensidade de contatos rende frutos mais temporais que no político”*(Guimarães, 2004).

O aspecto que nos interessa destacar aqui é que existem várias modernidades negras, nenhuma delas tardia, e que os anos 1920 foram decisivos em termos de sua formação na Europa e nas Américas. A variedade tem sido pensada a partir de três padrões de relações raciais: *“o padrão latino-americano das ex-colônias portuguesa e espanholas; o padrão norte-americano, das ex-colônias inglesas na América e no Caribe; e o padrão antilhano francês”*(Guimarães, 2004). Em termos históricos concretos tais padrões desembocaram em diferentes processos de formação de identidades negras. *“Nas ex-colônias espanholas e portuguesa desenvolvem-se entrelaçadas às idéias de “mestiçagem”. Nas ex-colônias inglesas, tomarão a forma de subculturas negras em convergência com a vanguarda da cultura dominante, podendo, portanto, ser incorporada à matriz da modernidade futura; tal movimento teve seu centro em New York, no interstício entre as duas guerras. No Caribe francês, a integração à nacionalidade francesa permitirá, por um lado, a integração completa de alguns mulatos, mas favorecerá, por outro, o desenvolvimento de identidades negras e creóles bastante específicas e conectadas às lutas de descolonização na África, tendo como centro Paris. Na África, apenas no 1940 e 1950 emergirão as nacionalidades pós-coloniais”*(Guimarães, 2004).

O dossiê, de certo modo, reflete a complexidade dos desdobramentos dinâmicos do padrão latino-americano que teve lugar

no Brasil. Algumas idéias geraram verdadeiras batalhas ideológicas que tornaram-se perspectivas analíticas sobre as possibilidades de se construir uma nação nos trópicos. Tais idéias permanecem em meio a uma tensão permanente entre a busca de uma similaridade plena, em termos de desenvolvimento social, com a Europa ou com a América do Norte e a explicação do que não se assemelha como fator de atraso. No centro desta tensão encontra-se o debate sobre a diversidade (étnico/racial) das origens do povo brasileiro e suas especificidades constitutivas. Nessa tensão a questão que salta aos olhos tem sido aquela relativa às nossas possibilidades de nos transformarmos em um país desenvolvido com um povo “ordeiro e civilizado”.

O debate tem se dado de forma comparativa e se preocupado com o tratamento ideológico que aqui se desenvolveu em relação a idéias como nação, raça, racismo, branqueamento, democracia racial, negro, branco, mestiçagem, etc.

Hofbauer em seu artigo, "O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro", observa que não há consenso em torno da maneira de analisar a prática social do racismo e muito menos do remédio adequado a ser administrado. Ao criticar a forma como o debate sobre "raça", racismo, branqueamento se apresenta no Brasil contemporâneo, tanto na perspectiva sociológica quanto na perspectiva antropológica, o autor atribui suas insuficiências à herança da perspectiva funcional-estruturalista, no equacionamento analítico do problema.

Hofbauer reconhece as contribuições das duas perspectivas. A cultural-antropológica pelo desvendamento das ambigüidades que marcam a questão complexa das identidades no Brasil. A sociológica por questionar e desmascarar os “mitos”, especialmente, o da “democracia racial” como construções ideológicas, ao mesmo tempo em que permitiu desenvolver um conjunto expressivo de trabalhos estatísticos sobre a discriminação racial. Entretanto, o autor chama a nossa atenção, no primeiro caso, para uma espécie de essencialização de um "etos brasileiro" e, no segundo caso, a essencialização se daria na forma como as quantificações das desigualdades entre brancos e negros reificaria a existência de grupos com “fronteiras fixas” que são interpretados como raças.

“O modo como categorias-chave como “negro”, “branco”, “raça”, etc. são tratados revela, a meu ver, que ambas as tradições

acadêmicas continuam fortemente marcadas por concepções do estruturalismo e (estrutural-funcionalismo clássico). Em estudos de orientação cultural-antropológica, fala-se correntemente de “sistemas classificatórios”, cuja origem raras vezes é explicada e cujo funcionamento é analisado freqüentemente como nos textos clássicos de Claude Lévi-Strauss, isto é, numa esfera que se localiza além dos processos históricos concretos e além das preocupações e intenções subjetivas” (Hofbauer, 2004).

Assim, Hofbauer se propõe a analisar as categorias cor, raça, identidade, branqueamento como “construções ideológicas” não descoladas de seus contextos originários nos quais as dimensões econômicas, históricas e sociais dão contornos específicos àquelas categorias. Para ele, ao atuarem como categorias de inclusão e exclusão elas tanto nos remetem às visões de mundo que perpassam as distintas épocas da história quanto nos informam sobre os diferentes discursos em relação ao outro que integram a história do racismo.

Ao fazer uma conjugação entre discursos, concepções de mundo, ideologias e as condições sócio-econômicas, para Hofbauer, é possível construir uma ponte entre as abordagens “cultural-antropológica” e “sociológica” não dissociando a problemática da “desigualdade social” da questão das “especificidades simbólicas/culturais”, tratando-as de forma integrada.

Dentre as várias conclusões do autor quero destacar duas que acredito sejam cruciais para o debate contemporâneo. A primeira tem relação com o ideário do branqueamento o qual, para além da idéia e ou crença de uma metamorfose da cor/raça em outra, ofereceu suporte ideológico para a continuidade do exercício do poder patrimonial-escravista. A segunda é que a ideologia do “branqueamento” tem sido, ao lado da idéia de “democracia racial”, um componente importante do racismo brasileiro.

No primeiro caso, vários obstáculos de diferentes matizes têm dificultado a construção de uma sociedade na qual os direitos civis (liberdade individual, igualdade diante da lei) se transformem em um objetivo efetivo a ser seguido pelo conjunto dos brasileiros. No segundo caso, para Hofbauer, a essencialização de categorias como “negro” e “branco”, ou mesmo sua apreensão em esquemas a-históricos, ou ainda “sistemas classificatórios” situados além dos processos históricos

retardam a compreensão mais adequada da especificidade do racismo no Brasil.

O artigo de Costa intitulado “Paradoxos do pensamento anti-racista brasileiro no começo do século XX” recupera os estudos de Alberto Torres e Manoel Bonfim como exemplo de que idéias anti-racistas ainda pouco conhecidas circulavam no Brasil, particularmente no RJ, no começo do século XX.

Os dois autores seriam precursores, de certa forma, de um pensamento anti-racista no Brasil. Não negavam plenamente a idéia da existência de raças humanas mas negavam qualquer hierarquia biológica entre as supostas raças. A singularidade dos autores deve-se à rejeição das classificações raciais e a recusa da biologia como matriz explicativa dos diferentes níveis de progresso material e tecnológico entre as várias sociedades, que no período da hegemonia do racismo científico assumiam a forma do anti-racialismo.

Costa caracteriza o contexto intelectual no qual os dois autores se inserem, contrastando suas idéias, mostrando alguns limites e paradoxos do pensamento anti-racista. As limitações dos trabalhos são atribuídas, em grande parte, ao desconhecimento das relações entre racismo e desigualdades sociais.

Telles, em seu artigo “Repensando as relações de raça no Brasil”, preocupa-se com a forma peculiar desenvolvida pelo Brasil no que se refere ao sistema de relações raciais, comparando-o ao sistema racial dos Estados Unidos. No Brasil, as classificações raciais são ambíguas e/ou fluidas, a forma como as pessoas se classificam pode variar segundo a condição social, enquanto nos Estados Unidos, ao contrário, a raça tem sido definida por regras de hipo-descendência.

O autor identifica, no interior do nosso sistema, três fatores e seus desdobramentos, os quais seriam responsáveis pelas profundas desigualdades raciais no Brasil: a hiper-desigualdade, as barreiras discriminatórias invisíveis e a cultura racista.

Ao sintetizar comparativamente os níveis relativos de exclusão racial, na dimensão vertical e horizontal, entre EUA-Brasil, Telles observa o seguinte: verticalmente, no Brasil os negros (pretos, pardos, mulatos, etc.) são altamente excluídos da classe média enquanto nos EUA, embora um grande número de negros ocupe as camadas mais baixas da sociedade, eles estão presentes relativamente em larga escala na classe média.

Horizontalmente, a miscigenação implica em maior tolerância racial no Brasil mas não evita a discriminação e o racismo, nos EUA a existência de segregação formal até o passado recente não permitiu que essas relações neste eixo fossem melhor equacionadas.

Assim, nos EUA as tensões provocadas pelas desigualdades e injustiças sociais nas relações horizontais têm levado o Estado a tomar medidas que diminuam as possibilidades de conflito aberto entre os grupos negro e branco. No caso brasileiro, o autor salienta que as relações horizontais são utilizadas pelo Estado brasileiro para permitir a injustiça e as desigualdades raciais.

Dito de outro modo, à distância sócio-econômica existente entre negros e brancos na sociedade brasileira quando observada no eixo vertical corresponderia uma estratégia de controle social no eixo horizontal. Este último baseia-se tanto no uso legítimo da força quanto, ao meu ver, no acionamento sistemático dos discursos ideológicos em torno da democracia racial, da cordialidade, da morenidade, das múltiplas possibilidades de identificação étnico-racial presentes no país que negam, aprioristicamente, no plano simbólico, qualquer impedimento à realização da igualdade (sócio-econômica e simbólica) entre todos os brasileiros independente de seu pertencimento grupal.

Pinho, em seu artigo “A formação do vínculo raça e classe em Salvador”, parte da análise de dois momentos que, embora distantes no tempo cronológico, guardam em comum expectativas muito semelhantes em relação à formação de classes sociais. Trata-se de São Paulo, no período marcado pelo fim do trabalho escravo e do surgimento do mercado de trabalho livre, e Salvador, após os anos 1970, lugares que, em circunstâncias históricas muito distintas, se tornaram expressões emblemáticas das possibilidades de uma análise dos rumos da problemática das relações entre raça e classe no Brasil.

O autor, ao (re)visitar a literatura sobre raça e classe dedicada ao país, afirma que todo o debate, até muito recentemente, oscilou/articulou-se em uma oposição entre a perspectiva de análise das classes em Marx e a perspectiva de análise das classes em Weber. No primeiro caso, “*a categoria trabalho é fundamental para descrever a desigualdade ou diferenciação social de um modo que as vincule à esfera produtiva ou econômica*” (Pinho, 2004). No segundo caso, a diferenciação social se daria em termos de *status* ou estratificação social que faz das divisões sociais o ponto de partida e não de chegada para a compreensão do problema.

Ao analisar Salvador, Pinho observa que classe e raça são fenômenos muito diferentes. “*Classes são relações antagônicas e não entidades discretas nelas mesmas existentes, desse modo classes são práticas de classe como efeitos da ação sobre as estruturas de classe. Raças seriam, por sua vez, construções históricas de fundo biologizante, que historicizam as hierarquias e diferenças pelo recurso à naturalização das desigualdades.*” (Pinho, 2004). Assim, em relação às classes pode se buscar seu estatuto ontológico vinculado a idéia de trabalho como produção social. Em relação à raça o estatuto está fortemente ligado à idéia de cultura como foco de ontologização das diferenças, desigualdades e hierarquias sociais.

Pinho coloca as seguintes questões: Como a cultura molda ou moldou o trabalho em Salvador? Qual a forma específica de determinação histórico-cultural do trabalho pelas estruturas culturais? Como o trabalho se realizou culturalmente? Ele responde, com base na análise de um conjunto de pesquisas empíricas, que o trabalho foi materialmente condicionado pelo contexto das tradições de luta e resistência anteriores, isto é, em termos raciais.

Pinho parte do princípio geral encontrado em autores como Williams, Thompson, Poulantzas e Gilroy, de que a anterioridade histórica cultural formadora do ambiente das identidades e das culturas populares entra com peso importante na formação das classes e das práticas e lutas de classes. Isto é, em um terreno entre significados e estruturas, como quer Gilroy, vamos encontrar a interação entre agentes e estruturas, mediada pela cultura. É aí que se cria espaço para a raça e os racismos (e anti-racismos). Para Pinho, Salvador é um espaço privilegiado para se perceber como os antagonismos raciais que se encontram na forma como as identidades de raça são construídas, se atualizam dando forma a novas configurações complexas.

No extremo sul do país, Dos Anjos, em seu artigo “Raça e pobreza rural no Brasil meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos: um estudo de caso”, concentra seu interesse nas populações negras remanescentes de quilombos situadas em áreas rurais.

O autor salienta que os estudos rurais geralmente não consideram raça, não tratam raça como uma variável que tem peso determinante na estruturação das relações sociais no campo.

No artigo, ele centra sua atenção sobre as políticas públicas dirigidas às comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, para pensar

a questão da identidade em relação com a problemática da desigualdade sócio-econômica.

Resgata o processo de formação desses agrupamentos rurais e os limites impostos às possibilidades de produção para o mercado; limites que estão relacionados com a falta de acesso ao crédito, com a área extremamente reduzida para a prática da agricultura e com a ausência de apoio técnico.

A situação de pobreza atual é explicada pelo autor não apenas pela necessidade de venda da força de trabalho, mas, também, pelas intervenções externas que ao oferecerem “tutela”, e não formação educacional e profissional para enfrentar o mercado, inviabilizam a melhoria das condições de vida da comunidade.

Ao contrário do que muitos poderiam pensar ou imaginar nem mesmo uma das principais paixões nacionais, o futebol, encontra-se imune ao preconceito, à discriminação racial e ao racismo. Isso é o que demonstra o artigo de Vieira. O autor analisa no artigo intitulado “Considerações sobre o preconceito e discriminação racial no futebol brasileiro” a presença do negro, a partir de um trabalho de campo realizado no Rio de Janeiro. Observou o contrário da função freqüentemente atribuída ao esporte de harmonizar as relações e amenizar os conflitos entre grupos.

Os dados coletados e analisados por Vieira demonstram a existência de tratamento desigual e discriminação racial. Os jogadores negros estão em situação de desvantagem em relação aos brancos e pardos quando considerados a porcentagem de jogadores, grau de escolaridade, escolaridades dos pais, salários atuais e mobilidade de renda. A mobilidade social via futebol se dá de forma diferente para brancos, pretos e pardos.

A análise sobre a existência da discriminação é corroborada pelos jogadores que percebiam a existência do preconceito racial no futebol nas relações com os agentes, na relação com outros jogadores, dirigentes e torcidas.

O autor conclui, a partir dos relatos e depoimentos dos jogadores, que apesar da importância atribuída ao futebol na valorização e aceitação do preto e do pardo, nesta atividade existem atitudes discriminatórias e racistas como no restante da sociedade brasileira. O paradoxo desta constatação está no fato de que o futebol tem sido

celebrado como o lugar da convivência plural e da ausência de qualquer forma de discriminação.

Marcelo Paixão, em seu artigo “O ABC das desigualdades raciais: um panorama do analfabetismo da população negra através de uma leitura dos indicadores do Censo 2000”, situa o padrão educacional como paradigma explicativo das desigualdades sociais brasileiras. A escolaridade da população brasileira apresenta profundas disparidades em relação aos indicadores verificados em outros países. A média de anos de estudos de homens e mulheres não é suficiente para a conclusão do primeiro ciclo do primeiro grau.

No artigo, o autor utiliza os indicadores do Censo 2000 com o objetivo de produzir uma análise do analfabetismo brasileiro através de um recorte por raça/cor, recorte que, segundo ele, é pouco utilizado na compreensão do analfabetismo brasileiro.

A partir da análise dos indicadores foi possível perceber que o analfabetismo é uma questão que afeta primordialmente a população negra. Em todas as cinco regiões geográficas do país e em todos os estados brasileiros, a média de anos de estudos dos negros é inferior à média de escolarização dos brancos.

Paixão observa que existe uma crescente preocupação do governo com a questão do analfabetismo, entretanto, para ele, a falha estaria na reprodução das formas tradicionais de elaboração de políticas públicas no Brasil.

O artigo de Vieira “Colaborações das teorias sobre a “nova sociedade civil” para o debate acerca da construção de ações afirmativas “made in Brazil” preocupa-se com a sintonia e atualidade das ações e políticas públicas que estão sendo propostas e/ou implementadas no país.

A autora localiza o surgimento das políticas de ação afirmativa como parte de um projeto político que surge na segunda metade do século XX, com a consolidação do *Welfare State*, no qual o Estado reflete o compromisso de equilíbrio entre políticas econômica e social com base no protagonismo dos movimentos civis. Esse modelo poderia refletir uma nova orientação no conceito de sociedade civil como principal agente de democratização e equidade social.

Ela coloca como questão se o modelo que vem sendo desenvolvido no Brasil de combate às desigualdades raciais poderia refletir uma nova orientação no conceito de sociedade civil, já que

embora tenha sido consolidado no país um debate governamental sobre a implementação de políticas de ação afirmativa, sua concretização a princípio, foi levada adiante pela iniciativa civil, sobretudo na realização de cursos pré-vestibulares para negros e carentes.

Heringer analisa em “Promoção da igualdade racial no Brasil: um objetivo democrático” o processo de preparação da Conferência de Durban, no qual ocorreu uma intensa mobilização por parte das organizações do movimento negro. Isso permitiu inaugurar no debate público brasileiro, a partir do ano de 2001, um novo patamar em termos de propostas, no campo da legislação, das políticas sociais e das prioridades orçamentárias expressas no relatório apresentado pela delegação oficial brasileira em Durban.

Ela inicia uma reflexão sobre os primeiros seis meses do governo Lula, analisando em que medida os pontos previstos no Programa Brasil Sem Racismo foram colocados em prática. A autora retoma algumas ações salientando que o debate sobre cotas está no seu início e que deve ser percebido por seu objetivo democrático capaz de gerar novos consensos, novas estratégias, mobilizar recursos a fim de promover a inclusão social e racial.

O ensaio de Carvalho, intitulado “As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras”, encerra os textos de nosso dossiê com um conjunto de questões que têm como propósito explícito (re)qualificar o escasso debate sobre o significado das políticas de ação afirmativa no sistema de pós-graduação.

Ele parte da afirmação de Immanuel Wallerstein de que “*o racismo está disseminado por todo o sistema-mundo. Nenhum canto do planeta está livre dele, como característica central das políticas locais, nacionais e mundiais*” (Wallerstein, 2004:262). Carvalho acredita, como Wallerstein, que “*fazer do anti-racismo a medida definidora da democracia*” é a maneira por meio da qual a luta contra o racismo deve se iniciar e/ou continuar nas sociedades contemporâneas (Wallerstein, 2004:262)³.

Com este pano de fundo, Carvalho propõe tanto uma avaliação crítica do papel das ciências sociais quanto uma redefinição do papel social das universidades, em especial as públicas, na construção desse novo parâmetro a partir do qual a democracia deve ser pensada e construída.

Em relação às ciências sociais brasileiras, o autor chama a atenção para o fato de que ela continua a “reproduzir” algumas premissas “científicas”, do século XIX até meados do século XX, presentes nas obras de “ícones” do pensamento social brasileiro, que continuam a alimentar o debate nos dias atuais. O problema levantado por Carvalho é o seguinte: até que ponto essas referências que são transformadas em deferências acríticas, as quais desconsideram nossos graves problemas sociais, têm nos auxiliado a entender a complexidade da sociedade brasileira na amplitude de suas desigualdades, com base nas diferenças do pertencimento étnico-racial, que aprofundam as distâncias sociais entre negros, negros da terra e brancos?

A resposta de Carvalho é contundente. As ciências sociais nunca foram omissas nem trataram o tema das relações étnico-raciais de forma superficial, quando se analisa suas disciplinas (antropologia, sociologia, ciência política, etc...) marcadamente inspiradas no eurocentrismo. Ao contrário, observa-se que elas se empenharam em construir uma leitura abstrata do Brasil, em contraste explícito com os EUA e a África do Sul. Nessa leitura, a mestiçagem, enquanto síntese (ideológica) de todas as raças originais (africanos, europeus e indígenas) permitiu tanto a permanência e manutenção dos privilégios para o grupo branco quanto a permanência e conservação do grupo negro e indígena na condição de subalternidade social, econômica e política. Como?

Enfatizando a plasticidade, a harmonia e a cordialidade enquanto “valores” característicos da sociabilidade brasileira; prestando pouca ou nenhuma atenção na forma como o apelo *color blind* a esses “valores” obstruíram a construção/consolidação dos valores constitutivos da democracia burguesa.

O grande paradoxo brasileiro tem sido operar com uma concepção de democracia que não se assenta nos princípios de igualdade formal e de liberdade. Ao contrário, a mística freyreana remete a uma meta-categoria na qual a inclusão e o pertencimento baseiam-se na pluralidade de tipos físicos provenientes da ampla mistura étnico-racial existente no país. O curioso nas análises que asseguram a continuidade do mito da democracia racial é a “incapacidade” de dar conta das mudanças sociais que (re)situam o mesmo. Em geral, ao indicarem a eficácia simbólica do mito deixam de lado o seu papel reprodutor de práticas sociais anti-democráticas e racialmente informadas, inscritas em um tempo pretérito. Esse mito tem como corolário uma *intelligentsia*

sociológica descolada das profundas mudanças sociais do contexto nacional desde as últimas duas décadas do século XX.

É a partir da identificação de um dos aspectos centrais dessas mudanças, isto é, a luta anti-racista, que Carvalho situa a proposta de cotas na pós-graduação como uma forma de dar-se espaços às novas vozes e olhares, em especial nas ciências sociais, sobre a dinâmica social brasileira.

O autor reconhece a universidade e, no interior dela, as ciências sociais, como aquele ramo do conhecimento com capacidade de influenciar, como o fez até o presente momento de forma conservadora, uma mudança substantiva. Esta mudança iria na direção de uma sociedade onde o reconhecimento da diversidade étnico-racial constitutiva da nação ultrapassasse a celebração carnavalesca inclusiva e se inscrevesse nas práticas sociais cotidianas, a partir do lugar onde elas hoje são teorizadas por poucos brancos, que falam em nome dos diversos grupos sociais.

O debate sobre cotas nas universidades para o autor representa uma via importante, muito embora conservadora, do Brasil iniciar um caminho que pode levá-lo ao encontro de si mesmo, assumindo-se como país multicultural, plural e diverso que tem várias culturas e povos, dentre eles, como diz a canção de Lumumba, “*o povo negro que trás na pele as marcas de seus avós*”.

A luta contra o racismo institucional acadêmico é uma das batalhas mais importantes na construção de uma sociedade anti-racista e democrática, onde ninguém tenha a necessidade de encontrar um antepassado negro, mesmo quando de fato ele exista, para justificar tanto o seu próprio comportamento anti-racista quanto a flagrante ausência de negros em posições estratégicas na sociedade brasileira.

Creio que, no seu conjunto, o dossiê pretende contribuir para uma reflexão atual e plural da forma complexa como a construção social da raça tem se dado no Brasil, passados 116 anos do processo de (des)escravização do país. Desta forma, o dossiê procura fugir tanto da inércia intelectual centrada nas várias reedições acadêmicas (e jornalísticas) contemporâneas do valor social do mito da democracia racial quanto do pragmatismo racista paralisante, de posições que sustentam sua escandalosa eficácia dando-lhe positividade na conformação de uma vida social pautada na exclusão de metade da população.

Notas

¹ Valter Roberto Silvério é doutor em ciências sociais pela Unicamp e professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar. É organizador dos livros *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil contemporâneo* (EdUFSCar, 2003) e *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica* (MEC/Inep, 2003).

² Após a "III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata", que ocorreu em Durban (África do Sul) em 2001, foi criado no Brasil o Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) dentro do Ministério da Justiça, tendo o objetivo de incentivar a criação de Políticas Públicas Afirmativas. Além disso, foi lançado o II PNDH, que ampliou as metas fixadas no âmbito racial.

³ Immanuel Wallerstein. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.